

José Manuel Durão Barroso

Reformar

Dois Anos de Governo



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Título: Reformar

Dois Anos de Governo

Edição: Presidência do Conselho de Ministros

Capa: Júlio Pisa

Tiragem: 2000 exemplares

Impressão e acabamentos: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Data de impressão: Abril de 2004

ISBN: 972-27-1340-X

Depósito legal: 213 575/04

ÍNDICE

Introdução	15
------------------	----

Linha Política Geral: Vontade de Mudança

Cerimónia de Tomada de Posse do XV Governo Constitucional, <i>Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 6.IV.2002</i>	21
Cerimónia de Apresentação do Programa do XV Governo Constitucional, <i>Assembleia da República, Lisboa, 17.IV.2002</i>	27
Encerramento do Debate sobre o Programa do XV Governo Constitucional, <i>Assembleia da República, Lisboa, 18.IV.2002</i>	43
Debate sobre o Estado da Nação, <i>Assembleia da República, Lisboa, 9.VII.2002</i>	49
Debate sobre o Estado da Nação, <i>Assembleia da República, Lisboa, 3.VII.2003</i>	63

Finanças Públicas

Cerimónia de Apresentação do Orçamento do Estado para 2003, <i>Assembleia da República, Lisboa, 22.X.2002</i>	77
Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, <i>Assembleia da República, Lisboa, 19.XII.2002</i>	89
Jantar de Gala da Reunião do Conselho de Governadores do Banco Central Europeu, <i>Palácio de Queluz, Sintra, 2.X.2003</i>	95
Cerimónia de Apresentação do Orçamento do Estado para 2004, <i>Assembleia da República, Lisboa, 4.XI.2003</i>	101
Declaração sobre o Défice Orçamental de 2003, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 20.II.2004</i>	113

Declaração do Primeiro-Ministro por ocasião do I Aniversário do XV Governo Constitucional, <i>Conselho de Ministros Extraordinário de Fronteira, vila de Fronteira, 6.IV.2003</i>	115
Cerimónia de Assinatura do Protocolo entre a Administração Tributária e a Polícia Judiciária, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 7.V.2003</i>	123

Economia

Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre o Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia Portuguesa, <i>Assembleia da República, Lisboa, 31.V.2002</i>	129
Tomada de Posse do Conselho de Administração do ICEP, <i>Ministério da Economia, Lisboa, 16.VII.2002</i>	135
Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Associação Empresarial de Portugal, <i>Europarque, Santa Maria da Feira, 17.VII.2002</i>	141
Cerimónia de Apresentação do Programa de Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado (IDEIA), <i>PT — Inovação, Aveiro, 20.IX.2002</i>	157
Cerimónia de Apresentação da Agência Portuguesa de Investimento, <i>Edifício da Alfândega do Porto, Porto, 18.XI.2002</i>	165
Cerimónia de Apresentação da COTEC — Portugal — Associação Empresarial para a Inovação, <i>Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 27.XI.2002</i>	173
Seminário sobre Diplomacia Económica, <i>Palácio das Necessidades, Lisboa, 6.I.2003</i>	179
Sessão de Encerramento da Conferência da Associação Industrial Portuguesa «Por um Portugal Criador e Competitivo», <i>Centro de Congressos de Lisboa, Lisboa, 28.I.2003</i>	185
Tomada de Posse do Presidente da Autoridade da Concorrência, <i>Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 24.III.2003</i>	195
Sessão de Abertura da World Travel & Tourism Summit, <i>Vilamoura, Algarve, 15.V.2003</i>	203
Cerimónia de Apresentação do Livro <i>A Reforma Económica em Portugal</i> , <i>Torre Vasco da Gama, Lisboa, 27.V.2003</i>	209
Sessão de Encerramento do Seminário <i>Carta Magna para a Competitividade</i> da Associação Industrial Portuguesa, <i>Centro de Congressos de Lisboa, Lisboa, 23.VII.2003</i>	217
Cerimónia de Apresentação do Relatório «Portugal 2010», <i>Centro Cultural de Belém, Lisboa, 16.IX.2003</i>	225
Cerimónia de Apresentação do Relatório do Programa de Recuperação das Áreas e Sectores Deprimidos, <i>Edifício da Alfândega do Porto, Porto, 1.X.2003</i>	237
Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre a Situação Económica, <i>Assembleia da República, Lisboa, 27.II.2004</i>	247

Defesa Nacional, Justiça e Segurança dos Portugueses

Cerimónia de Encerramento do Curso de Auditores da Defesa Nacional, <i>Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 4.VI.2002</i>	255
Cerimónia de Apresentação para Discussão Pública das Bases do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, <i>Campo Militar de Santa Margarida, Santa Margarida, 6.VIII.2002</i>	263
XXV Aniversário do Conselho Superior da Magistratura, <i>Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, 18.II.2003</i>	269
Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre Justiça, <i>Assembleia da República, Lisboa, 27.II.2003</i>	277
Cerimónia de Encerramento do Congresso da Justiça, <i>Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, Lisboa, 20.XII.2003</i>	283
Cerimónias de Assinatura do Protocolo do Novo Julgado de Paz do Porto e de Inauguração dos Novos Tribunais Administrativo e Fiscal do Porto, <i>Paços do Concelho, Porto, 13.I.2004</i>	291
Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, <i>Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, 19.I.2004</i>	301
Cerimónia de Entrega de 200 Viaturas à Polícia de Segurança Pública, <i>Praça do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, 6.XI.2002</i>	307
Cerimónia de Apresentação do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, <i>Centro Cultural de Belém, Lisboa, 1.III.2003</i>	311
Sessão de Abertura do Congresso da Associação para a Promoção da Segurança Infantil, <i>Escola de Turismo e Hotelaria do Estoril, Estoril, 9.X.2002</i>	317

Reforma da Administração Pública e Sociedade da Informação

Cerimónia de Apresentação das Linhas de Orientação para a Reforma da Administração Pública, <i>Centro de Reuniões da Feira Internacional de Lisboa, Lisboa, 24.VI.2003</i>	325
Sessão de Encerramento do 1.º Congresso Nacional da Administração Pública: «Os Vectores da Mudança», <i>Centro de Congressos de Lisboa, Lisboa, 11.XI.2003</i>	339
Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre a Administração Pública, <i>Assembleia da República, Lisboa, 30.I.2004</i>	349
Sessão de Abertura do Seminário «e-Government — Uma Visão para 2005», <i>Centro de Congressos do Estoril, Estoril, 27.VI.2002</i>	355
Cerimónia de Apresentação das Actividades da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, <i>Tagus Park, Oeiras, 19.II.2003</i>	363
Cerimónia de Apresentação do Plano de Acção para a Sociedade da Informação, <i>Centro Cultural de Belém, Lisboa, 27.VI.2003</i>	371
Sessão de Abertura da Conferência Internacional da Semana da Banda Larga, <i>Centro de Congressos do Estoril, Estoril, 4.II.2004</i>	377

Descentralização

Sessão Solene de Abertura do XIII Congresso da Associação Nacional de Municípios, <i>Parque das Nações, Lisboa, 12.IV.2002</i>	387
Declaração do Conselho de Ministros Extraordinário de Tomar sobre a Descentralização, <i>Tomar, 26.VII.2002</i>	395
Cerimónia de Apresentação do Programa FORAL — Programa de Formação para as Autarquias Locais, <i>Parque das Nações, Lisboa, 16.XII.2002</i>	399
Seminário da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, <i>Évora, 22.X.2003</i>	405
Cerimónia de Assinatura dos Protocolos de Modernização Administrativa e dos Protocolos no Âmbito do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva, <i>Parque das Nações, Lisboa, 17.XI.2003</i>	413

Qualificação dos Portugueses

Cerimónia de Abertura do Ano Lectivo de 2002-2003, <i>Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Albarraque, Albarraque, 16.IX.2002</i>	423
Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre Educação, <i>Assembleia da República, Lisboa, 10.X.2002</i>	429
Cerimónia de Apresentação da Lei de Bases da Educação, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 28.V.2003</i>	435
Cerimónia de Abertura do Ano Lectivo de 2003-2004, <i>Escola Básica do 1.º Ciclo de Alfândega da Fé, Alfândega da Fé, 15.IX.2003</i>	441
XIV Congresso da Ordem dos Engenheiros, <i>Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, Coimbra, 28.VI.2002</i>	449
Lançamento do Livro <i>Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década</i> , <i>Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 22.I.2003</i>	455
Declaração do Conselho de Ministros Extraordinário de Óbidos, <i>vila de Óbidos, 17.I.2004</i>	463
Cerimónia de Inauguração do Centro de Artes Visuais, <i>Colégio das Artes, Coimbra, 14.II.2003</i>	469
Cerimónia de Apresentação da Biografia de Thomas More, <i>Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 18.XI.2003</i>	473
Cerimónia de Inauguração da Biblioteca Municipal de Sintra, <i>Sintra, 8.XII.2003</i>	479
Cerimónia de Inauguração do Teatro Municipal de Bragança, <i>Bragança, 31.I.2004</i>	483

Saúde, Solidariedade e Direitos Sociais

Comemorações do Dia de São Jerónimo, Padroeiro dos Hospitais da Universidade de Coimbra, <i>Coimbra, 30.IX.2002</i>	487
Cerimónia de Assinatura do Protocolo entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Defesa Nacional para a Construção do Novo Hospital de Cascais, <i>Centro Cultural de Cascais, Cascais, 5.V.2003</i>	493
Cerimónia de Apresentação do Plano Nacional de Saúde, <i>Auditório do INFARMED, Lisboa, 11.II.2004</i>	499
Cerimónia de Assinatura dos Protocolos entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 7.III.2003</i>	505
Comemoração do Dia Nacional da Segurança Social, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 7.V.2003</i>	513
Cerimónia de Entrega de 182 Fogos de Habitação Social da Câmara Municipal de Oeiras, <i>Carnaxide, Oeiras, 21.XII.2002</i>	517
Tomada de Posse do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, <i>Palácio Foz, Lisboa, 19.VII.2002</i>	519
Cerimónia de Inauguração do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, <i>Lisboa, 16.III.2004</i>	523
Tomada de Posse da Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, <i>Palácio Foz, Lisboa, 18.IX.2002</i>	531
Tomada de Posse da Coordenadora Nacional para os Assuntos da Família, <i>Palácio Foz, Lisboa, 21.I.2003</i>	537
Comemorações do X Aniversário do Ano Internacional da Família e Apresentação do Plano — 100 Compromissos para uma Política da Família, <i>Teatro Nacional de D. Maria II, Lisboa, 22.III.2004</i>	541
Comemorações do Dia Internacional da Mulher, <i>Quartel do Carmo, Lisboa, 8.III.2003</i>	549
Cerimónia de Abertura Oficial do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, <i>Centro de Congressos de Lisboa, Lisboa, 12.III.2003</i>	557

Obras Públicas

Sessão Comemorativa dos 150 Anos do Ministério das Obras Públicas, <i>Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 8.X.2002</i>	567
Cerimónia de Entrega dos Prémios Manuel Rocha, <i>Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 7.XI.2002</i>	575
Declaração do Conselho de Ministros Extraordinário do Porto, <i>Palácio do Freixo, Porto, 31.VII.2003</i>	581

Cerimónia de Assinatura do Protocolo da Nova Gare Intermodal do Porto-Campanhã, <i>Estação de Campanhã, Porto, 24.X.2003</i>	591
Sessão de Abertura da 1. ^a Conferência do <i>Diário Económico/RAVE</i> sobre a Rede de Alta Velocidade em Portugal, <i>Hotel Sheraton do Porto, Porto, 12.I.2004</i>	595

Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

Cerimónia de Apresentação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, <i>Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa, 5.VI.2002</i>	607
Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável, <i>Joanesburgo, 2.IX.2002</i>	613
Cerimónia de Inauguração do Centro de Educação Ambiental do Videiro, <i>Parque Nacional da Peneda-Gerês, Terras do Bouro, 10.I.2004</i>	617
Cerimónia de Apresentação dos Primeiros Autocarros Movidos a Hidrogénio em Portugal, <i>Museu do Carro Eléctrico, Porto, 10.I.2004</i>	623
Tomada de Posse da Comissão Estratégica dos Oceanos, <i>Oceanário de Lisboa, Lisboa, 9.VII.2003</i>	629
Cerimónia de Apresentação da Reforma Florestal, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 1.XI.2003</i>	633
Mensagem do Primeiro-Ministro para a XXI Edição da OVIBEJA, <i>III.2004</i>	639

Portugal no Mundo

58. ^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, <i>Nova Iorque, 23.IX.2003</i>	643
Encerramento da Conferência Internacional <i>Globalização — Ciência, Cultura e Religiões</i> , <i>Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 16.X.2002</i>	649
Aprofundemos a União Europeia, é claro que sim, mas como? <i>Jornal Le Monde, 2.III.2004</i>	657
Conferência Internacional «Portugal, a Europa e os Estados Unidos da América», <i>Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, 2.X.2003</i>	661
Debate Mensal com o Primeiro-Ministro sobre a Cimeira do Atlântico, <i>Assembleia da República, Lisboa, 18.III.2003</i>	671
Declaração do Primeiro-Ministro sobre a Detenção de Saddam Hussein, <i>Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Lisboa, 14.XII.2003</i>	675
Sessão Solene de Adesão de Timor Leste à Organização das Nações Unidas, <i>Nova Iorque, 27.IX.2002</i>	677

Sessão Solene na Assembleia Nacional de Angola, <i>Luanda</i> , 28.X.2003	681
Fórum Nova Economia — <i>Wall Street Journal</i> , <i>Madrid</i> , 12.II.2004	687

Anexos

A América e a Europa devem permanecer unidas	697
Declaração da Cimeira do Atlântico — <i>Compromisso para a So-</i> <i>lidariedade Transatlântica, Base das Lajes, Açores, Portugal</i> , 16.III.2003	701
Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, e do Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, para o Conselho Europeu da Primavera de 2003	703
Carta ao Primeiro-Ministro da Irlanda, <i>Conselho Europeu da Pri-</i> <i>mavera de 2004</i>	707
Cronologia de intervenções	711

INTRODUÇÃO

«Todo o mundo é composto de mudança»

LUÍS DE CAMÕES

Quando, em 6 de Abril de 2002, tomei posse como Primeiro-Ministro, estava bem consciente das dificuldades com que o XV Governo Constitucional iria ser confrontado.

De facto, o País vivia então uma crise profunda: crise política, crise económica, crise de confiança nas suas próprias capacidades. Uma crise que era a consequência inevitável das políticas desadequadas e das opções erradas assumidas desde meados da década de noventa. Uma crise que confirmava aquilo que eu próprio vinha dizendo, há mais de um ano, na Assembleia da República: Portugal tinha enveredado por um caminho que o levaria a um impasse perigoso e comprometedor do seu futuro. O nosso país não só não estava a progredir como via inclusive em perigo o projecto de modernização iniciado em 1985 e que, ao longo de dez anos, o havia transformado profundamente.

A situação de verdadeira emergência nacional que nos foi legada exigia, assim, uma acção rápida e corajosa que se situasse nos antípodas do caminho que vinha sendo seguido até aí: uma preocupação excessiva dos responsáveis por uma popularidade fácil, o enfraquecimento da direcção política, a cedência continuada a interesses particulares em detrimento do interesse nacional, a incapacidade de traçar qualquer rumo capaz de resolver os nossos problemas internos e de projectar internacionalmente Portugal.

Nesse momento, era para mim evidente a necessidade de definir e de prosseguir, sem vacilar, uma linha de rumo que reorientasse o nosso esforço de desenvolvimento e recuperasse o projecto de modernização nacional, assentando-o em bases sólidas.

das e duradouras. Tratava-se de um enorme esforço de adaptação e de ajustamento, em que seria essencial uma preocupação de modernidade e uma perspectiva de futuro, mas sem nunca perder de vista o desígnio essencial de atender às necessidades dos mais desfavorecidos da nossa sociedade, sempre os mais atingidos em momentos de contenção e de transformação.

Como sempre fiz ao longo da minha vida política, entendi que deveria falar claro e com verdade aos Portugueses desde o primeiro momento. Daí que, no próprio discurso da tomada de posse, tenha afirmado, sem subterfúgios, que a primeira fase de acção do novo Governo, que se prolongaria até 2004, teria como objectivo recuperar o que havia sido perdido, «arrumar a casa» e retomar, em bases sólidas e de uma forma sustentada, o caminho do desenvolvimento. Uma fase que seria marcada pela devolução do rigor e da transparência às contas públicas, pelo início das reformas estruturais há tanto tempo adiadas e pela mudança no paradigma do nosso modelo económico. Uma fase em que seriam pedidos sacrifícios, com a certeza de que assim se estaria a criar as condições adequadas à melhoria progressiva da vida dos Portugueses.

Com a passagem do segundo aniversário da tomada de posse do XV Governo, encerra-se essa primeira fase, a qual pode ser simbolicamente ilustrada com a retirada, por parte da União Europeia, do procedimento que havia sido desencadeado contra Portugal, por violação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É com orgulho que posso dizer que, como todos os indicadores apontam, o nosso país está agora preparado para, sem abrandar no rigor e na exigência, retomar a rota do crescimento e da prosperidade, reforçando a justiça social. E que Portugal recuperou a sua credibilidade externa e o lugar que lhe é devido no concerto das nações.

Ora, é justamente no momento em que uma fase se encerra que, a meu ver, um livro como este faz sentido. Em primeiro lugar, por um imperativo de transparência: os Portugueses têm o direito de saber o que ficou dito pelos responsáveis políticos. Em segundo lugar, porque esse deve ser sempre um momento de balanço e de prestação de contas.

O leitor encontrará neste livro a referência aos acontecimentos mais relevantes dos últimos dois anos da vida política nacional. Foi um tempo de trabalho árduo, mas muito estimulante, cujos resultados começam agora a tornar-se evidentes. Publico-o, por isso, com a sensação de cumprir um dever.

Lisboa, Abril de 2004.

REFORMAR
DOIS ANOS DE GOVERNO

**LINHA POLÍTICA GERAL:
VONTADE DE MUDANÇA**

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO XV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 6 de Abril de 2002

Sr. Presidente da República, começo por agradecer reconhecidamente as palavras de confiança e de estímulo que quis dirigir-me, bem como a todo o Governo que Vossa Excelência acaba de empossar.

Dirijo igualmente uma palavra especial de saudação ao meu antecessor, a quem competiu, durante mais de seis anos, a governação do País.

O Governo que hoje inicia funções é o resultado da vontade manifestada pelos Portugueses nas eleições legislativas de 17 de Março último.

Na vida dos povos há momentos em que as realidades, por vezes duras, determinam a abertura de novos caminhos. E é isso que acontece agora.

Se aqui nos encontramos hoje, tal verifica-se porque algo ia mal em Portugal. Uma situação de impasse político conduziu à interrupção do ciclo normal da legislatura e à expressão do desejo de mudança. É bom não nos esquecermos de que este Governo nasce, pois, em condições marcadas por uma crise que não devemos ignorar.

Consciente desta situação, **o XV Governo Constitucional assume a responsabilidade de corresponder à nova esperança manifestada pelos Portugueses que acreditam que é possível construir um futuro melhor para Portugal.**

Vossa Excelência, Sr. Presidente, quando dissolveu a Assembleia da República e convocou eleições antecipadas na sequên-

cia da crise política aberta pela demissão do anterior Primeiro-Ministro, decidiu bem.

O resultado das eleições é a melhor prova de que Vossa Excelência soube interpretar a vontade do povo português.

Asseguro a Vossa Excelência que da parte do Governo poderá contar sempre com uma colaboração leal, permitindo-me nesta ocasião testemunhar-lhe a expressão muito particular do meu respeito e consideração.

Este Governo, como deve ser em democracia, assenta numa base partidária. Mas quero que fique claro que a partir deste momento não é o Governo de um ou de outro partido. É o Governo da Nação.

Quis o destino que este Governo iniciasse funções num momento particularmente difícil da vida do País.

E se essa circunstância lança sobre nós uma responsabilidade muito particular, constitui também um poderoso estímulo para vencermos os obstáculos que temos pela frente.

Não é este o momento de desenvolver o programa de Governo. Tal deverá naturalmente ser feito em primeiro lugar perante a Assembleia da República.

Mas quero desde já deixar clara a questão central da governação.

O nosso país vive hoje uma crise financeira e orçamental.

Encontrámos o País com um acentuado desequilíbrio externo, uma preocupante perda de competitividade, um baixo nível de investimento directo estrangeiro e uma profunda crise nas finanças públicas.

Tudo isto contribuiu para que Portugal tenha abandonado a rota de convergência com os seus parceiros europeus e tenha vindo a empobrecer em termos relativos.

É esta situação que temos de inverter.

Sem restabelecer estes equilíbrios não é possível relançar a nossa economia.

Assumimos como primeira tarefa o saneamento das contas públicas para que, em bases sólidas e sãs, Portugal possa retomar a convergência com a União Europeia.

Estou determinado a tudo fazer para restituir ao País a credibilidade interna e externa de modo a que possamos reassumir o papel que nos cabe na Europa e no mundo. O nosso desígnio estratégico é precisamente esse: evitar que Portugal caminhe para a irrelevância política, trabalhando para que o nosso País recupere o seu atraso em relação aos parcei-

ros europeus e venha a afirmar-se como um dos mais desenvolvidos no nosso continente.

Mas, para prosseguir esse objectivo, há medidas a tomar de imediato.

O Governo tem um projecto de desenvolvimento e progresso para os próximos quatro anos. Para já, uma etapa inicial até 2004, destinada a equilibrar as contas públicas, não de um modo precário, mas de forma sustentada e duradoura.

Do êxito desta primeira etapa, até 2004, depende o sucesso do nosso projecto colectivo. E a primeira condição consiste no equilíbrio das contas públicas.

Para isso, é necessário partir de uma base correcta, determinada por um exame às contas do Sector Público Administrativo que mereça o aval do Ministério das Finanças, do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal.

Só com o esclarecimento da verdade das contas públicas haverá condições para restaurar a credibilidade da política económica e a confiança indispensável à recuperação do nosso país.

Desde já anuncio que o Governo apresentará um orçamento rectificativo para 2002, prevendo as verdadeiras necessidades de financiamento até final do ano.

Quero também garantir que o Governo desenvolverá a sua acção tendo sempre presente a trajectória que conduzirá ao equilíbrio orçamental.

Neste esforço, que é colectivo, cabe ao Governo procurar unir as vontades e abrir novos caminhos.

Mas não se olhe para o Governo nem para o Estado como a fonte de todas as soluções.

Nesta imensa tarefa colectiva todos serão chamados a contribuir com o seu esforço para a construção do futuro de Portugal.

Por isso me dirijo também às forças políticas, nomeadamente ao principal partido da oposição, o qual tem especiais responsabilidades na situação em que se encontra o País.

A verdade é que o objectivo da nossa participação na moda única foi e deve continuar a ser objecto de um consenso nacional.

O que está em causa é demasiado importante e não permite cálculos de curto prazo, ou visões políticas sectárias.

Se hoje há, como parece, unanimidade quanto à situação difícil a que fomos conduzidos, então devemos esperar unanimidade e cooperação na tarefa de a ultrapassar.

Conto com todos: parceiros sociais, trabalhadores, empresários, autarquias locais, regiões autónomas e sociedade civil em geral.

Conto com todos, mas não será pela falta de alguns que desistiremos de defender o interesse geral.

É esse interesse geral que exige um Pacto Nacional para o Equilíbrio Orçamental. O Governo compromete-se a propor esse pacto. E o Governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para que Portugal não falhe um objectivo que, se não fosse alcançado, comprometeria a nossa credibilidade nacional e conduzir-nos-ia para uma posição subalterna na Europa contemporânea.

A necessidade deste acordo resulta afinal de compromissos já assumidos pelo governo cessante em nome do Estado Português e, nessa medida, deve ser entendido como um imperativo patriótico por todas as forças políticas.

Esta é a condição para que possamos realizar outros objectivos.

Com efeito, a ordem nas finanças públicas e a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos não constituem um fim em si mesmo, mas um meio para a realização de superiores objectivos como a justiça social, a promoção da qualificação e da cultura dos portugueses, a dignidade e a credibilidade do Estado, a projecção de Portugal no mundo.

Ao longo da legislatura **temos de restabelecer o prestígio do Estado**, a confiança dos cidadãos nas instituições, o respeito pela dignidade das Forças Armadas e pela autoridade das forças de segurança, em suma a valorização de pilares fundamentais do nosso Estado democrático.

No plano social assumimos como prioridades salvar o Serviço Nacional de Saúde, lutando aqui também contra o descontrolo financeiro que o ameaça de ruptura, e melhorar selectivamente as prestações sociais numa opção preferencial pelos mais pobres.

Ter a nossa casa em ordem é essencial para afirmar Portugal no mundo e para recolocar Portugal no centro da construção europeia.

Nada do que é europeu nos é estranho. E, se dúvidas houvesse quanto à necessidade do nosso empenhamento na Europa, aí estão a incerteza e a gravidade da situação internacional a lembrar-nos o interesse de Portugal numa Europa que se assuma como sujeito activo na procura da Paz.